

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	461.139
Preferenciais	0
Total	461.139
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.444.092	1.392.275
1.01	Ativo Circulante	87.474	88.332
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.916	10.197
1.01.02	Aplicações Financeiras	60.942	59.549
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	60.942	59.549
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	60.942	59.549
1.01.03	Contas a Receber	14.019	16.431
1.01.03.01	Clientes	14.019	16.431
1.01.03.01.01	Clientes	14.019	16.431
1.01.06	Tributos a Recuperar	657	65
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	657	65
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.280	781
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.660	1.309
1.01.08.03	Outros	1.660	1.309
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.621	1.294
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	39	15
1.02	Ativo Não Circulante	1.356.618	1.303.943
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.284	24.192
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.284	24.192
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	25.284	24.192
1.02.03	Imobilizado	14.380	15.578
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.380	15.578
1.02.04	Intangível	1.316.954	1.264.173
1.02.04.01	Intangíveis	1.316.954	1.264.173

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.444.092	1.392.275
2.01	Passivo Circulante	201.051	168.855
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.393	3.469
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.393	3.469
2.01.02	Fornecedores	8.510	6.650
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.510	6.650
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.913	3.986
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.913	3.986
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.913	3.986
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.240	94.664
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	36.074	34.384
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	36.074	34.384
2.01.04.02	Debêntures	67.166	60.280
2.01.05	Outras Obrigações	70.579	47.991
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	58.289	38.193
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	50.843	37.403
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	7.446	790
2.01.05.02	Outros	12.290	9.798
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.524	7.101
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	339	380
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	427	2.317
2.01.06	Provisões	10.416	12.095
2.01.06.02	Outras Provisões	10.416	12.095
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	6.681	6.681
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	657	835
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	3.078	4.579
2.02	Passivo Não Circulante	705.095	724.976
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	534.596	564.490
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	135.096	147.932
2.02.01.02	Debêntures	399.500	416.558
2.02.02	Outras Obrigações	134.930	127.907
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	128.605	122.037
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	128.605	122.037
2.02.02.02	Outros	6.325	5.870
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	6.325	5.870
2.02.03	Tributos Diferidos	11.279	11.998
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.279	11.998
2.02.04	Provisões	24.290	20.581
2.02.04.02	Outras Provisões	24.290	20.581
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	22.139	18.346
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	2.151	2.235
2.03	Patrimônio Líquido	537.946	498.444
2.03.01	Capital Social Realizado	461.139	428.139
2.03.01.01	Subscrito	461.139	428.139
2.03.02	Reservas de Capital	470	447
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	470	447

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.04	Reservas de Lucros	69.858	69.858
2.03.04.01	Reserva Legal	5.416	5.416
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	7.908
2.03.04.10	Orçamento de capital	64.442	56.534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	6.479	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	117.667	205.695	78.070	152.251
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.686	-140.810	-47.697	-86.448
3.03	Resultado Bruto	30.981	64.885	30.373	65.803
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.519	-9.500	-4.794	-11.013
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.519	-9.501	-4.795	-11.015
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1	1	2
3.04.04.01	Outras Receitas, líquidas	0	1	1	2
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.462	55.385	25.579	54.790
3.06	Resultado Financeiro	-19.060	-40.367	-25.680	-57.371
3.06.01	Receitas Financeiras	2.682	6.217	3.729	7.396
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.742	-46.584	-29.409	-64.767
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.402	15.018	-101	-2.581
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.571	-3.335	-56	744
3.08.01	Corrente	-1.674	-4.054	-39	-39
3.08.02	Diferido	103	719	-17	783
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.831	11.683	-157	-1.837
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	5.831	11.683	-157	-1.837
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01299	0,02602	-0,00042	-0,00492

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	5.831	11.683	-157	-1.837
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.831	11.683	-157	-1.837

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	103.152	94.554
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	87.871	79.869
6.01.01.01	Lucro/(prejuízo) líquido	11.683	-1.837
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	26.143	17.018
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo intangível	975	0
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/ financiamentos, empréstimos e debêntures	36.495	54.757
6.01.01.05	Constituição de Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	125	-207
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	142	147
6.01.01.07	Tributos diferidos	-719	-783
6.01.01.08	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-3.096	-2.399
6.01.01.09	Juros sobre contrato de mútuo	7.727	7.906
6.01.01.10	Plano de opção com base em ações	23	38
6.01.01.11	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	2	13
6.01.01.12	Provisão para manutenção e construção de obras	2.994	2.829
6.01.01.13	Atualização da provisão para manutenção e construção de obras	1.348	1.142
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	96	11
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-762	-598
6.01.01.16	Capitalização de Juros	-1.442	-118
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	2.083	1.911
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	4.054	39
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.281	14.685
6.01.02.01	Clientes	2.410	1.635
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-499	634
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-592	-1.131
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-426	-655
6.01.02.05	Outros créditos	-327	1
6.01.02.06	Fornecedores	1.860	3.832
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-76	-155
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	927	218
6.01.02.09	Partes relacionadas	20.072	12.499
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-1.435	640
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-351	-32
6.01.02.12	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-2.050	-2.762
6.01.02.13	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-4.232	-39
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-77.259	-38.882
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-1.644	-1.491
6.02.02	Aquisição de intangível	-75.615	-37.391
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.174	-58.922
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	1.703	-2.145
6.03.03	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-2.124	-1.976
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-26.400	-23.299
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-781	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
6.03.07	Partes relacionadas - Mútuo	-1.159	-1.186
6.03.08	Juros pagos	-31.413	-30.316
6.03.09	Aporte de Capital	33.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.281	-3.250
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.197	52.661
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.916	49.411

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	33.000	23	0	-5.204	0	27.819
5.04.01	Aumentos de Capital	33.000	0	0	0	0	33.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	23	0	0	0	23
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.204	0	-5.204
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.683	0	11.683
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.683	0	11.683
5.07	Saldos Finais	461.139	470	69.858	6.479	0	537.946

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.000	-33.962	0	0	0	38
5.04.01	Aumentos de Capital	34.000	-34.000	0	0	0	0
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	38	0	0	0	38
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.837	0	-1.837
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.837	0	-1.837
5.07	Saldos Finais	384.000	422	66.233	-6.853	0	443.802

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016
7.01	Receitas	217.675	163.236
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	132.254	120.561
7.01.02	Outras Receitas	6.631	6.843
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	78.790	35.832
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-113.515	-68.994
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-105.464	-60.351
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.051	-8.643
7.03	Valor Adicionado Bruto	104.160	94.242
7.04	Retenções	-26.143	-17.018
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.143	-17.018
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	78.017	77.224
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.217	7.278
7.06.02	Receitas Financeiras	6.217	7.278
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	84.234	84.502
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	84.234	84.502
7.08.01	Pessoal	11.250	10.395
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.931	7.509
7.08.01.02	Benefícios	2.803	2.398
7.08.01.03	F.G.T.S.	516	488
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.316	10.241
7.08.02.01	Federais	8.405	3.906
7.08.02.03	Municipais	6.911	6.335
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.985	65.703
7.08.03.01	Juros	26.297	28.932
7.08.03.02	Aluguéis	843	1.054
7.08.03.03	Outras	18.845	35.717
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.683	-1.837
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.204	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.479	-1.837

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia os resultados do 2T17:

Itaquaquecetuba, 27 de julho de 2017 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 (2T17) e ao primeiro semestre de 2017 (1S17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 (2T16) e primeiro semestre de 2016 (1S16).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego, no 2T17, registrou 19.788 mil veículos equivalentes pagantes, aumento de 3,3%.
- O EBITDA pró-forma no 2T17 totalizou R\$41,2 milhões com margem EBITDA Pró-forma de 66,1%.
- A receita líquida foi de R\$117,7 milhões no 2T17, superior 50,9% quando comparado ao 2T16, devido ao acréscimo na receita de construção.

Destaques (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	19.788	19.156	3,3%	40.302	39.793	1,3%
Tarifa Média ¹	3,28	3,03	8,3%	3,28	3,03	8,3%
Receita Líquida	117,7	78,0	50,9%	205,7	152,2	35,2%
Lucro/(Prejuízo) do período	5,8	(0,1)	n.m.	11,7	(1,8)	n.m.
EBITDA Pró-forma ²	41,2	35,6	15,7%	84,5	74,6	13,2%
Margem EBITDA Pró-forma ²	66,1%	63,4%	2,7 p.p.	66,6%	64,1%	2,5 p.p.
Capex	55,2	25,0	120,6%	80,8	41,7	93,6%

¹ em Reais

² Exclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, com prazo de 30 anos e previsão para encerramento em 18 de junho de 2039.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Leves	13.598	13.351	1,9%	28.028	28.281	-0,9%
Pesados	6.190	5.805	6,6%	12.274	11.512	6,6%
Total	19.788	19.156	3,3%	40.302	39.793	1,3%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículos equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O tráfego de veículos equivalentes pagantes, totalizou 19.788 mil no 2T17, aumento de 3,3% em relação ao 2T16.

Veículos Leves - Apresentou aumento de 1,9% influenciado pelo aumento do fluxo de turistas durante os feriados prolongados.

Veículos Pesados - Apresentou aumento de 6,6% devido a retomada da produção industrial da região.

TARIFA MÉDIA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente pagante:

Tarifa Média (em R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Ecopistas	3,28	3,03	8,3%	3,28	3,03	8,3%

A tarifa média por veículo equivalente apresentou aumento de 8,3% no 2T17 e de 8,3% no 1S17, devido, principalmente, a aplicação do reajuste contratual da tarifa de 9,3% pelo IPCA em julho de 2016. Adicionalmente, em julho de 2017, foi aplicado o reajuste de 3,6% pelo IPCA.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$123,5 milhões no 2T17, aumento de 48,3%, sendo influenciada, principalmente, pelo acréscimo da receita de construção.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Receitas de Pedágio	64,9	58,1	11,7%	132,3	120,6	9,7%
Receitas Acessórias	3,2	3,3	-3,0%	6,6	6,8	-2,9%
Receita de Construção	55,4	21,9	153,0%	78,8	35,8	120,1%
Total	123,5	83,3	48,3%	217,7	163,2	33,4%

Receita de Pedágio - crescimento de 11,7% no 2T17, resultante do aumento no volume de tráfego pedagiado e do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2016.

Receita Acessória – decréscimo de 3,0% no 2T17, proveniente, principalmente, da redução no monitoramento de cargas especiais.

Comentário do Desempenho

Receita de Construção – aumento de 153,0% devido a maior nível de obras contratuais nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas cresceram 73,7% e totalizaram R\$91,2 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$21,1 milhões, em linha com a inflação do período.

Custos operacionais e despesas administrativas	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
(em milhões de R\$)						
Pessoal	5,3	5,3	0,2%	11,3	10,4	8,2%
Conservação e manutenção	1,6	1,4	12,4%	3,4	3,3	3,3%
Serviços de terceiros	10,9	10,1	7,8%	20,9	20,5	1,8%
Poder concedente, locações e seguros	1,8	1,9	-3,4%	3,8	4,0	-6,2%
Outros	1,5	1,8	-16,8%	3,1	3,7	-16,0%
Custos caixa	21,1	20,5	3,0%	42,4	41,9	1,2%
Depreciação e amortização	13,2	8,6	53,5%	26,1	17,0	53,5%
Provisão manutenção ICPC 01	1,5	1,4	7,1%	3,0	2,8	7,1%
Custo de construção de Obras ICPC 01	55,4	22,0	151,8%	78,8	35,8	120,1%
TOTAL	91,2	52,5	73,7%	150,3	97,5	54,1%

Depreciação e Amortização: R\$13,2 milhões no 2T17, 53,5% superior ao 2T16, devido à maior base de ativos e ajuste na curva de tráfego dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis;

Custo de construção de obras: R\$55,4 milhões no 2T17, 151,8% superior ao 2T16, devido às obras do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto.

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 41,2 milhões com margem EBITDA de 66,1%, aumento de 2,6 pontos percentuais em relação ao 2T16. O EBITDA totalizou R\$39,7 milhões no 2T17, crescimento de 16,1%. A margem EBITDA atingiu 33,7% no 2T17, redução de 10,1 pontos percentuais em relação ao 2T16 em função do aumento da receita de construção referentes as obras do prolongamento da Rodovias Carvalho Pinto.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Lucro/(prejuízo líquido)	5,8	(0,1)	n.m.	11,7	(1,8)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	1,6	-	n.m.	3,3	(0,8)	n.m.
Resultado Financeiro	19,1	25,7	-25,8%	40,4	57,4	-29,6%
Depreciação e amortização	13,2	8,6	53,4%	26,1	17,0	53,5%
EBITDA¹	39,7	34,2	16,1%	81,5	71,8	13,5%
Margem EBITDA	33,7%	43,8%	-10,1 p.p.	39,6%	47,2%	-7,6 p.p.
Provisão para Manutenção ²	1,5	1,4	6,9%	3,0	2,8	7,1%
EBITDA Pró-Forma³	41,2	35,6	15,6%	84,5	74,6	13,2%
Margem EBITDA Pró-Forma	66,1%	63,5%	2,6 p.p.	66,6%	64,1%	2,5 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com Instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas rodovias.

³ A margem EBITDA pró-forma foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 2T17 foi negativo em de R\$19,1 milhões, inferior 25,8% em relação ao 2T16, devido principalmente, à redução do IPCA (indexador das debêntures) registrada no período.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2T17	2T16	Var.	1S17	1S16	Var.
Juros sobre debêntures	(9,1)	(9,9)	-8,0%	(18,7)	(19,7)	-4,9%
Variação monetária sobre debêntures	(3,0)	(8,1)	-63,0%	(8,0)	(22,1)	-63,8%
Amortização de custos com debêntures	(0,4)	(0,3)	38,5%	(0,7)	(0,8)	-3,0%
Juros sobre financiamentos	(3,8)	(2,8)	34,3%	(7,6)	(9,3)	-18,7%
Variação monetária sobre financiamentos	(1,4)	(2,9)	-51,1%	(1,4)	(2,9)	-51,1%
Juros sobre Mútuos	(3,7)	(4,1)	-11,1%	(7,7)	(7,9)	-2,3%
Ajuste a Valor Presente sobre provisão para manutenção	(0,7)	(0,5)	34,8%	(1,3)	(1,1)	22,5%
Receita de aplicação financeira	1,8	3,2	-42,9%	4,0	6,2	-35,3%
Outros efeitos financeiros	1,1	(0,3)	n.m.	1,2	0,2	n.m.
TOTAL	(19,1)	(25,7)	-25,8%	(40,4)	(57,4)	-29,6%

Lucro Líquido

O lucro líquido do período de R\$5,8 milhões no 2T17 devido aos itens mencionados acima.

ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou junho de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 69,8 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecopistas (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$ 638,2 milhões em 30 de junho de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente) foi de R\$ 568,1 milhões, redução de 3,6%, quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/06/2017	31/12/2016	Var.
Curto Prazo	103,3	94,7	9,1%
Empréstimos e financiamentos	36,1	34,4	4,9%
Debêntures	67,2	60,3	11,4%
Longo Prazo	534,6	564,5	-5,3%
Empréstimos e financiamentos	135,1	147,9	-8,7%
Debêntures	399,5	416,6	-4,1%
Endividamento Financeiro Bruto¹	637,9	659,2	-3,2%
Obrigações com Poder Concedente	0,3	0,4	-25,0%
Endividamento Bruto	638,2	659,6	-3,2%
Caixa e equivalentes de caixa	69,8	69,7	0,1%
Dívida Líquida	568,4	589,9	-3,6%
Endividamento Financeiro Líquido¹	568,1	589,5	-3,6%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$55,2 milhões no 2T17. Os principais investimentos realizados foram pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhares de R\$)	2T17			1S17		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecopistas	53,9	1,3	55,2	78,7	2,1	80,8

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$126,3 milhões. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 27 de julho de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016”), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	6.540	4.304
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	2.190	2.018
Aplicações compromissadas (b)	-	2.914
Aplicações automáticas compromissadas (c)	186	961
	8.916	10.197

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 32,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 53,4 % em Operações Compromissadas, 4,0% em Letra Financeira (LF), 9,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (100,7% em 31 de dezembro de 2016).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remuneradas à taxa de 90,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias. Em 30 de junho de 2017, a Companhia não possui valores aplicados nesta modalidade.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	30/06/2017	31/12/2016
Fundo de Investimentos (a)	60.942	57.589
Poupança (b)	-	1.960
	60.942	59.549
Circulante	60.942	59.549

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 104,5% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

Notas Explicativas

- (b) Referia-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 22 de maio de 2017, a Companhia realizou a transferência do saldo total conforme acordo realizado com a CETESB.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico	12.935	15.513
Receitas acessórias	538	466
Outras contas a receber	657	561
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (*)	(111)	(109)
	<u>14.019</u>	<u>16.431</u>

(*) refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	14.007	16.232
Vencidos:		
Até 30 dias	12	182
De 31 a 120 dias	-	17
Acima de 120 dias	111	109
	<u>14.130</u>	<u>16.540</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	109	87
Valores recuperados no período	(2)	(2)
Constituição de PECLD no período	4	15
Saldo final do período	<u>111</u>	<u>100</u>

Notas Explicativas

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente e no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo no início do período	24.192	17.446
Adições	426	655
Baixas	(96)	(11)
Atualização monetária	762	598
Saldo no fim do período	<u>25.284</u>	<u>18.688</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

	Custo			Depreciação			Residual
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 30/06/2016	
Hardwares	49.886	473	4	(36.335)	(2.921)	(39.256)	13.551
Máquinas e equipamentos	960	660	-	(360)	(70)	(430)	600
Móveis e utensílios	1.571	40	(3)	(651)	(79)	(730)	920
Edificações	249	-	-	(51)	-	(51)	198
Instalações	5.143	155	(1)	(1.167)	(255)	(1.422)	3.976
Veículos	-	163	-	-	(8)	(8)	-
Outros	470	-	(470)	-	-	-	470
	58.279	1.491	(470)	(38.564)	(3.333)	(41.897)	17.403
	Custo			Depreciação			Residual
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 30/06/2017	
Hardwares	50.752	1.200	51.952	(41.876)	(2.338)	(44.214)	8.876
Máquinas e equipamentos	1.641	110	1.751	(517)	(93)	(610)	1.124
Móveis e utensílios	1.648	52	1.700	(812)	(84)	(896)	836
Edificações	249	9	258	(51)	(26)	(77)	198
Instalações	6.033	273	6.306	(1.713)	(301)	(2.014)	4.320
Veículos	255	-	255	(31)	-	(31)	224
	60.578	1.644	62.222	(45.000)	(2.842)	(47.842)	14.380

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

9. Intangível

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual	
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Transferência	Saldos em 30/06/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 30/06/2016	31/12/2015
(*)	1.282.997	25.383	-	1.308.380	(126.825)	(13.612)	1.167.943	1.156.172
-	-	11.973	470	12.443	-	-	12.443	-
9,2	1.508	153	-	1.661	(1.020)	(73)	568	488
	1.284.505	37.509	470	1.322.484	(127.845)	(13.685)	1.180.954	1.156.660

Contratos de concessão (i)
Intangível em andamento
Softwares de terceiros

Taxas médias anuais de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldos em 30/06/2017	31/12/2016
(*)	1.376.939	29.726	(789)	1.405.876	(152.191)	(23.213)	7	(175.397)	1.230.479
-	38.880	47.202	(193)	85.889	-	-	-	-	1.224.748
9,9	1.717	129	-	1.846	(1.172)	(88)	-	(1.260)	38.880
	1.417.536	77.057	(982)	1.493.611	(153.363)	(23.301)	7	(176.657)	1.316.954

Contratos de concessão (i)
Intangível em andamento (**)
Softwares de terceiros

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de junho de 2017 é de 3,34% a.a. (2,10% a.a. em 30 de junho de 2016).

(**) Os principais valores concentram-se no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III;

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2017 foram capitalizados R\$1.442 de encargos financeiros (R\$118 em 30 de junho de 2016). A taxa média de capitalização para o semestre findo em 30 de junho de 2017 foi de 12,99% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 1,77% a.a. para o semestre findo em 30 de junho de 2016.

- (i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/06/2017	30/06/2017
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	760	195	(224)	731	(29)
Provisão para férias e encargos de diretores	168	36	(4)	200	32
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	-	(1)	1	(1)
Provisão para manutenção	10.164	779	-	10.943	779
Juros capitalizados	(267)	(474)	-	(741)	(474)
AVP ônus Concessão	2.008	-	(140)	1.868	(140)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(24.833)	-	552	(24.281)	552
IR e CS diferido - (passivo) (i)	(11.998)	536	183	(11.279)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					719

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$11.279 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/06/2017	31/12/2016
2017	748	1.410
2018	1.295	1.240
2019	1.246	1.035
2020	1.083	1.035
À partir de 2021	(15.651)	(16.718)
	(11.279)	(11.998)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/06/2017	30/06/2016
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	15.018	(2.581)
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(5.106)	878
Juros sobre capital próprio	1.769	-
Despesas indedutíveis	(50)	39
Incentivos fiscais (PAT)	-	-
Gratificações a diretores	(19)	-
Outros	71	(173)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(3.335)	744
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	(4.054)	(39)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	719	783
Taxa efetiva	22,2%	28,8%

11. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	30/06/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:				
Finem – BNDES	Junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	137.048	148.819
Finem – BNDES	Julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	34.122	33.497
			171.170	182.316
Circulante			36.074	34.384
Não circulante			135.096	147.932

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo inicial	182.316	214.647
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	9.000	12.223
Pagamento principal	(14.240)	(14.042)
Pagamento de juros	(5.906)	(6.988)
Saldo final	171.170	205.840

Notas Explicativas

Garantia

A Companhia cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos

(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2017, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	37,25%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,68
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,25

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/06/2017	31/12/2016
2018	18.748	32.568
2019	32.987	32.739
2020	32.994	32.745
2021	22.082	21.898
Posteriores a 2021	28.285	27.982
	135.096	147.932

Os subcréditos da Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	57.432	114 mensais
b	85.528	85.528	41.743	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	10.315	114 mensais
e	21.769	21.769	2.721	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	1.781	114 mensais
k	29.846	22.438	3.542	114 mensais
l	9.169	9.169	917	10 anuais
Total	355.396	277.384	118.451	

Notas Explicativas

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Principal corrigido	447.418	460.190
Remuneração (juros)	23.945	22.090
Custos com emissão de debêntures (*)	(4.697)	(5.442)
	<u>466.666</u>	<u>476.838</u>
Circulante	67.166	60.280
Não circulante	399.500	416.558

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Saldo inicial	476.838	474.041
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	27.495	42.534
Pagamento do principal	(12.160)	(9.257)
Pagamento de juros	(25.507)	(23.328)
Saldo final	<u>466.666</u>	<u>483.990</u>

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Patrimônio Líquido / Passivo Total superior à 20%, (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20x e (iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado dos últimos 12 meses inferior a 4,00x. Os índices devem ser calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras emissora.

Os índices medidos em 30 de junho de 2017 foram: i) 37,25%, ii) 1,68x e iii) 3,25x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

Notas Explicativas

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	28.816	(555)	28.261	53.194	(1.334)	51.860
2019	71.171	(1.080)	70.091	69.926	(1.080)	68.846
2020	90.225	(885)	89.340	88.646	(885)	87.761
2021	117.179	(583)	116.596	115.129	(583)	114.546
2022	79.308	(151)	79.157	79.308	(151)	79.157
A partir de 2022	16.056	(1)	16.055	14.389	(1)	14.388
	402.755	(3.255)	399.500	420.592	(4.034)	416.558

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,65% a.a.
2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,80% a.a.
3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,74% a.a.
4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,66% a.a.
		370.000	(12.668)	357.332		

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas direta ou indiretamente ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado		
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante e não Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	50.843	-	9.432	4.895
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	128.605	-	-	7.727
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	399	-	-	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	4.628	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Outras partes relacionadas	7	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	Outras partes relacionadas	32	-	-	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia e obras (e)	Outras partes relacionadas	-	30.204	7.446	-	-	-
Total em 30 de junho de 2017		39	35.231	186.894	-	9.432	12.622
Total em 31 de dezembro de 2016		15	14.748	160.230			
Total em 30 de junho de 2016					8.431	6.937	7.606

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$55.510, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano e o saldo em aberto de R\$50.843 em 30 de junho de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedido garantia.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de junho de 2017, há um saldo em aberto de R\$128.605 (R\$122.037 em 31 de dezembro de 2016), atualizado por 100% do CDI, acrescido de 1,2% a.a. e com vencimento em 31 de março de 2025.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$46.068. O prazo para execução desses serviços foi 30 de junho de 2017 e em 30 de junho de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$22.105. Em 30 de junho de 2017, não há saldos em aberto a pagar.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato é de R\$115.975. O prazo para execução dos serviços é 31 de março de 2018. Os saldos em aberto a pagar R\$7.446 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2017 em R\$1.376.

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	459
Plano de opção com base em ações	23
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	93
Seguro de vida	1
Assistência saúde	42
Previdência privada	23
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	94
	<u>735</u>

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 14,41% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	31.906	4.192	-	-	36.098
Efeito de valor presente sobre a constituição	(9.517)	(1.363)	-	-	(10.880)
Realização da manutenção	(6.553)	-	-	(2.762)	(9.315)
Ajuste a valor presente - realizações	4.116	-	1.142	-	5.258
	<u>19.952</u>	<u>2.829</u>	<u>1.142</u>	<u>(2.762)</u>	<u>21.161</u>
Circulante	1.439				2.367
Não circulante	18.513				18.794

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção	40.290	4.004	-	-	44.294
Efeito de valor presente sobre a constituição	(12.042)	(1.010)	-	-	(13.052)
Realização da manutenção	(11.723)	-	-	(2.050)	(13.773)
Ajuste a valor presente - realizações	6.400	-	1.348	-	7.748
	<u>22.925</u>	<u>2.994</u>	<u>1.348</u>	<u>(2.050)</u>	<u>25.217</u>
Circulante	4.579				3.078
Não circulante	18.346				22.139

Notas Explicativas

15. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 14,41% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Baixa	Efeito financeiro	30/06/2016
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	6.681	-	-	6.681
Circulante	6.681			6.681

	31/12/2016	Baixa	Efeito financeiro	30/06/2017
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	6.681	-	-	6.681
Circulante	6.681			6.681

Notas Explicativas

16. Obrigações com Poder Concedente

	30/06/2017	31/12/2016
Parcelas variáveis	339	380

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	30/06/2017	30/06/2016
Saldo no início do período	380	360
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	2.083	1.911
Pagamentos	(2.124)	(1.976)
Saldo no fim do período	339	295

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão de 2017 ao fim da concessão	
	30/06/2017	31/12/2016
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	64.240	66.274
Conservação especial (manutenção)	387.487	404.445
Equipamentos	222.161	220.238
	673.888	690.957

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$ 110 milhões já realizados até 30 de junho de 2017 e R\$ 174 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela Companhia.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

17. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	472	1.322	1.794
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(47)	(160)	(207)
(-) Pagamentos	(32)	-	(32)
(+) Atualização monetária	116	31	147
Saldos em 30 de junho de 2016	509	1.193	1.702
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.031	1.204	2.235
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(89)	214	125
(-) Pagamentos	(70)	(281)	(351)
(+) Atualização monetária	33	109	142
Saldos em 30 de junho de 2017	905	1.246	2.151

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de junho de 2017 no montante de R\$4.618 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de junho de 2017 o montante de R\$6.691 (R\$3.587 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2017 o capital social subscrito e integralizado é de R\$461.139, representado por 461.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$428.139 em 31 de dezembro de 2016 representado por 428.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$13.000, representado por 13.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de 441.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de abril de 2017, a Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de 461.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor da reserva legal é de R\$5.416.

Notas Explicativas

c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de junho 2017 é R\$64.442 (R\$56.534 em 31 de dezembro de 2016).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo a pagar em 30 de junho de 2017 de R\$11.524 refere-se a: R\$7.101 juros sobre o capital próprio remanescentes de 2016 e R\$4.423 juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

19. Receita líquida

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	26.246	23.282	54.005	48.971
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	37.030	33.423	75.052	68.985
Vale-pedágio	1.646	1.340	3.197	2.605
	64.922	58.045	132.254	120.561
Receita de construção	55.423	21.985	78.790	35.832
Receitas acessórias (b)	3.197	3.331	6.631	6.843
Receita bruta	123.542	83.361	217.675	163.236
Deduções da receita bruta (c)	(5.875)	(5.291)	(11.980)	(10.985)
Receita líquida	117.667	78.070	205.695	152.251

- a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- b) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.
- c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com as receitas tributáveis para análise adequada das deduções de receita.

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
<u>Base de cálculo dos impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	64.922	58.045	132.254	120.561
Receitas acessórias	3.197	3.331	6.631	6.843
	68.119	61.376	138.885	127.404
<u>Deduções</u>				
Cofins (3%)	(2.043)	(1.841)	(4.166)	(3.822)
PIS (0,65%)	(443)	(399)	(903)	(828)
ISS (de 2% a 5%)	(3.389)	(3.051)	(6.911)	(6.335)
	(5.875)	(5.291)	(11.980)	(10.985)

Notas Explicativas

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Pessoal	5.310	5.277	11.250	10.395
Conservação e manutenção	1.573	1.440	3.409	3.335
Serviços de terceiros (*)	10.892	10.066	20.864	20.545
Seguros	391	490	827	965
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	1.022	921	2.083	1.911
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	1.497	1.415	2.994	2.829
Custos de construções de obras	55.423	21.985	78.790	35.832
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 8 e 9)	13.194	8.589	26.143	17.018
Locação de imóveis e máquinas	423	506	843	1.054
Outros custos e despesas operacionais	1.480	1.803	3.108	3.579
	91.205	52.492	150.311	97.463
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	86.686	47.697	140.810	86.448
Despesas gerais e administrativas	4.519	4.795	9.501	11.015
	91.205	52.492	150.311	97.463

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

21. Resultado financeiro

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.828	3.173	4.012	6.155
Variação monetária ativa	15	457	762	1.105
Variação monetária sobre debêntures	-	2	-	2
Capitalização de juros	838	84	1.442	118
Outras	1	13	1	16
	2.682	3.729	6.217	7.396
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(9.112)	(9.893)	(18.738)	(19.654)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.760)	(2.809)	(7.559)	(9.278)
Variação monetária sobre debêntures	(2.998)	(8.135)	(8.012)	(22.112)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(1.441)	(2.945)	(1.441)	(2.945)
Amortização de custos das debêntures	(371)	(309)	(745)	(768)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(674)	(571)	(1.348)	(1.142)
Juros sobre contrato de mútuo	(3.655)	(4.076)	(7.727)	(7.906)
Outros	269	(671)	(1.014)	(962)
	(21.742)	(29.409)	(46.584)	(64.767)
Resultado financeiro, líquido	(19.060)	(25.680)	(40.367)	(57.371)

Notas Explicativas

22. Lucro / (prejuízo) por ação

a) Lucro / (prejuízo) básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Lucro/ (prejuízo) do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	11.683	(1.837)
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação	449.011	373.233
Lucro/(prejuízo) básico por ação das operações continuadas	<u>0,03</u>	<u>(0,005)</u>

b) Lucro/ (prejuízo) diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A..

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter com suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Dívida (i)	638.175	659.534
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	<u>(69.858)</u>	<u>(69.746)</u>
Dívida Líquida	<u>568.317</u>	<u>589.788</u>
Patrimônio Líquido (ii)	<u>537.946</u>	<u>498.444</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,06</u>	<u>1,18</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 11, 12 e 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Notas Explicativas

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formadas por compromissadas e fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 104,4% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de junho de 2017 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	6.540	6.540
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (i)	Empréstimos e recebíveis	63.318	63.318
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	14.019	14.019
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	8.510	8.510
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	171.170	171.170
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	466.666	466.666
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Outros passivos financeiros	339	339
Phantom Stock Option (iv)	Outros passivos financeiros	185	185

(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$11.714 (R\$14.364 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	38.576	36.286	33.872	55.087
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	7.569	7.152	6.754	25.817
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	105.023	97.705	115.165	331.327

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa de CDI	144	108	72
Debêntures (b)	Alta do IPCA	(57.413)	(57.943)	(58.475)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do IPCA	(2.651)	(3.314)	(3.976)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da TJLP	(10.019)	(12.524)	(15.029)
Juros a incorrer, líquidos		(69.939)	(73.673)	(77.408)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,15%	6,11%	4,08%
IPCA (b)	4,04%	5,05%	6,06%
TJLP (c)	7,00%	8,75%	10,50%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. Evento subsequente

Em 12 de julho de 2017, a Companhia realizou sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 milhões referentes a primeira série.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de julho de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5